

**ACTA Nº15**

**-----Acta da Reunião da Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 30 de setembro de 2011. -----**

-----Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e onze, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em Sessão Ordinária, sob a Presidência do Senhor Carlos Manuel Simões das Neves, secretariado pelo Senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pela Senhora Maria da Graça Matias Gadelho, com a seguinte **Agenda de Trabalhos:** -----

-----**A – Apreciação e Votação de Actas de Reuniões Anteriores;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Período de “Antes da Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**D – Período da “Ordem de Trabalhos”;** -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO Nº1, DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A SIMRIA;** -----

-----**PONTO TRÊS: TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2012;** -----

-----**PONTO QUATRO: 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011;** -----

-----**PONTO CINCO: 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2011;** --

-----**PONTO SEIS: PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DIVISÃO DE COISA COMUM COM LICÍNIO RAMOS LDA E MUNICÍPIO DE VAGOS – PROCESSO Nº42/11.OT2 VGS – PROPOSTA DE TRANSACÇÃO.** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

-----Senhor Jorge Luís Nunes Oliveira, Senhor Carlos Guilherme Freire Pereira, Senhora Catarina da Rocha Nunes de Oliveira, Senhor Sérgio Manuel Silva Freire e Senhora Susana Maria Ferreira Gravato, eleitos na lista do Movimento VAGOS Primeiro; -----

----- Senhor Joaquim António Pires Plácido, Senhor Juan Carlos Ferreira Martins, Senhora Madalena Marques dos Santos Simões Pinho, Senhor Carlos Augusto da Silva Francisco, Senhor Paulo Alexandre Pinho dos Santos, Senhora Maria de Fátima da Cunha Coelho Moço, Senhor Francisco José Ferreira São Marcos, Senhor André de Jesus Pinho e Senhor Rui Manuel de Almeida Neto eleitos na lista do Partido Social Democrata; -----

-----Apresentaram pedido de substituição os Senhores Deputados Rogério Simões, Manuel José Ferreira Bogalho, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Boa Hora, e Licínio Custódio Ramos que foram respectivamente representados pela Senhora Maria Teresa Simões Ferreira, Senhor Manuel Oliveira Pimentel Nogueira e Senhor Manuel Bertolino Francisco Reverendo. -----

-----Faltaram à presente Sessão os Senhores: Paulo Ricardo Corticeiro Sousa Moreira e Leane Silva Leite. -----

-----Iguualmente compareceram os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: César Ferreira Ribeiro, Calvão; Albano Manuel de Jesus Gonçalves, Fonte de Angeão; Cláudio André dos Santos Curto, Santa Catarina; Maria Dulcília Martins Sereno, Santo André de Vagos; Fernando Julião, Santo António de Vagos; Silvério Rua, Ponte de Vagos, Maria Fernanda de Jesus Almeida, Ouca e Carlos Alberto Soares da Costa Pereira, Vagos. -----

-----Faltou à presente Sessão o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soza, Senhor João Carlos Regalado Loureiro. -----

-----Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Albina Maria Oliveira Rocha, Marco António Domingues, Silvério Regalado e Paulo César Oliveira Ramos. -----

-----**A – Apreciação e Votação de Actas de Reuniões Anteriores;** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação as actas das reuniões de: 12/11/2010, aprovada por unanimidade; 29/12/2010, aprovada por unanimidade; 28/02/2011 aprovada por maioria, com uma abstenção; 29/04/2011, aprovada por unanimidade e 30/06/2011 aprovado por maioria, com duas abstenções. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa.** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foi enviada fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre 30 de Junho e 30 de Setembro de 2011. -----

-----**C – Período “Antes da Ordem de Trabalhos”**-----

-----Pedi e usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido que começou por referir que no artigo 2º, nº2 f) do Regimento da Assembleia Municipal diz que se deve fixar anualmente a taxa da Contribuição Autárquica, mas, e de acordo com o Senhor Deputado, este termo está desactualizado uma vez que esta já não é a designação correcta e pretendia saber se seria possível fazer esta alteração sem se necessária apresentar qualquer proposta de alteração do Regimento. A segunda questão referida pelo Senhor Deputado tem a ver com o atraso na entrega da informação aos Deputados e lembrar que o Regimento no seu artigo 19º, nº2 a) diz que a correspondência deve chegar cinco dias úteis antes da Sessão da Assembleia Municipal. Continuando, o Senhor Deputado referiu também que ao contrário do que tinha dito nesta Assembleia em Junho a Câmara Municipal de Vagos rectificou aquilo que seria não colocar na altura a protecção no talude e fazer mais uma escada que apesar de não cobrir o total da necessidades evitou o risco de queda em altura porque o cordão que lá está colocado, não evitando a queda, não deixa de ser um alerta para que as pessoas tenham cuidado ao passar por ali. O Senhor Pires Plácido felicitou a Câmara Municipal pelas iniciativas culturais de Verão e agradeceu à equipa do Festival de Hip Hop pelo grandioso espectáculo apresentado. Em relação a algumas condicionantes verificadas na higiene e segurança referiu, mais uma vez, que os balneários continuam a não reunir as melhores condições de funcionamento, sendo que os quadros eléctricos estão sempre abertos e qualquer pessoa tem acesso a eles. Reforçou mais uma vez a ideia de que os Funcionários da Câmara Municipal devem usar um uniforme com o logótipo do Município porque para além de ser obrigatório por lei não lhes fica nada mal andarem devidamente identificados quando estão a desempenhar as suas

funções. Questionou, ainda, o Senhor Presidente da Câmara relativamente às expectativas que levaram a Câmara Municipal de Vagos a assinar um Protocolo com a Câmara Municipal de Ílhavo para hospedagem e abate de animais errantes. Não era isso que o Senhor Deputado estava à espera que acontecesse mas, referiu também que a política da Gaticão pode não estar a servir na totalidade os objectivos da Autarquia e daí querer saber que tipo de protocolo foi feito e em quanto fica o abate de cada animal. Continuando, o Senhor Deputado quis ver esclarecido o que se passou numa reunião do POOC que houve no princípio do Verão, se já foi tratada de alguma coisa de relevo e se o Plano de Pormenor da Vagueira está condicionado à aprovação do POOC. O Senhor Pires Plácido pretende saber como vai ficar o Projecto do INAG: se a Protecção de Defesa da Costa vai ser reactivada e se os arranjos previstos para o Paredão são para avançar. Relativamente ao Plano de Pormenor da Gafanha da Boa Hora o Senhor Deputado referiu que há dois anos se aprovou aqui nesta Assembleia as alterações e a partir daí não se soube de mais nada. Uma vez que o Plano está aprovado pretende saber o que se passa e se é um problema da Câmara Municipal, se é do País que tem a tendência para prender muitas situações destas ou se é um problema do promotor. O Senhor Deputado pretende ver esta questão esclarecida porque o Plano de Pormenor, para além de ser muito rentável para a Câmara Municipal, seria também uma melhoria para alguns serviços e iria dinamizar o Concelho de Vagos. Questionou, ainda, a situação da gelataria que já devia estar em funcionamento e ainda não está e desta forma não é possível fazer concorrência às outras praias, porque alguns serviços mínimos, como uma gelataria, não existem. Em relação ao Parque Desportivo da Urbanização da Boa Hora finalmente construído, embora com algum atraso, em terrenos propriamente indicados para o efeito mas o que o Senhor Deputado pretendia saber era se este irá ser recebido nos termos legais e como deve de ser ou se vai ter de ser adiado por mais cinco anos como está a acontecer com o Parque Desportivo, igual aquele, que está a Sul no loteamento do Senhor Nelson Costa. O Senhor Deputado solicitou ao Senhor Presidente que explicasse o que é o Programa PRORIA, quais foram as Candidaturas ao Grupo de Acção Costeira e quantas foram aprovadas e qual é a situação do PROMAR e PRORIA. O Senhor Deputado questionou, também, o Senhor Presidente, passado um ano após um compromisso assumido nesta Assembleia pelo Grupo Municipal do PSD, qual foi a avaliação por parte da Câmara Municipal relativamente ao Programa SIADAP. O Senhor Deputado fez referência às estradas do Concelho que após as obras de saneamento ficam sempre em muito mau estado, não existindo uma fiscalização convincente e os danos à população são muito grandes. Relativamente à empresa MAISVAGOS o Senhor Pires Plácido referiu que pelo que vem sido dito a lei do sector empresarial local vai ser alterada e isto não deixará de dar um pouco de razão àquela questão antiga que os Presidentes de Câmara que exercem funções em empresas privadas não podem receber senhas de presenças. Contudo, gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse qual a verdade de tudo isto e como é que vai funcionar no futuro. Concluindo, questionou a Senhora Vereadora sobre o modo como decorreu a abertura do ano escolar. --

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Sérgio Freire e questionou o Senhor Presidente relativamente à sua posição quanto à proposta de reorganização dos Municípios e das Freguesias. -----

-----Pedi e usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira que, em seguimento da questão anteriormente levantada pelo Deputado Pires Plácido, questionou o Senhor Presidente se já foi feito

algum pedido de parecer relativamente ao recebimento de senhas de presença pelas funções exercidas como Presidente do Conselho de Administração da MAIS VAGOS. O Senhor Deputado referiu-se, ainda, à questão da sinalização nomeadamente à substituição dos sinais que se encontram na Praça da República uma vez que depois das obras de requalificação não faz muito sentido estarem lá colocados dois sinais degradados quando podia existir um espelho na parede da casa que lá está e um sinal de estacionamento proibido perfeitamente enquadrado noutra material. O Senhor Deputado questionou qual tem sido a actividade da Comissão de Trânsito porque os constrangimentos de trânsito, pelo menos na Vila, mantêm-se e aqueles que são mais complicados e que estão à vista de todos estão por resolver dando como exemplo a Rua da Senhora que se torna intransitável ou transitável sobre um grande risco de ter um acidente. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado André Pinho para destacar a edição do Vagos Open Air, evento realizado nos dias 05 e 06 de Agosto, em Calvão, agradecendo à Câmara Municipal e a todos os funcionários o empenho manifestado. Este é um evento que leva o nome de Vagos além fronteiras estando de parabéns os organizadores e mais uma vez se provou que se conseguem organizar grandes eventos e colocar o nosso Concelho no mapa. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Juan Carlos Martins que começou por dar as boas vindas ao Senhor Vereador Paulo Ramos. Seguidamente reforçou a questão, referida pelo Deputado Pires Plácido, do uso dos uniformes pelos funcionários da Câmara Municipal solicitando que se assumisse perante esta Assembleia a obrigatoriedade e para quando a resolução desta situação para que, de uma vez por todas, não tenhamos de voltar a falar no assunto. Outro pormenor, também reforço ao que foi dito pelo Senhor Pires Plácido, tem a ver com o péssimo serviço que as empresas de saneamento prestam no Concelho de Vagos, destruindo o património municipal. O Senhor Deputado já teve oportunidade de alertar o Executivo Camarário e os Técnicos da Autarquia foram, acompanhados do Senhor Vereador Silvério Regalado, verificar no local a destruição das estradas. Já foi feito o alcatroamento das valas e há estradas que já foram reparadas mas que só se passa num veículo todo o terreno. A pergunta é o que é que a Câmara tem previsto, como e para quando a negociação com a ADRA. Concluindo, referiu, também, a questão da MAIS VAGOS uma vez que Senhor Deputado, pessoalmente, está cansado de ouvir na rádio e ler nos jornais a credibilidade desta empresa ser posta em causa. Neste sentido, o Senhor Deputado solicita que se deixe esta empresa, tão importante para o desenvolvimento do Concelho de Vagos, trabalhar e se corrijam estas situações de uma vez por todas. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia prestou alguns esclarecimentos relativamente a questões aqui colocadas e que são da sua responsabilidade. No que diz respeito à correspondência enviada aos Senhores Deputados o Senhor Presidente lamentou o que se estava a passar e comprometeu-se a averiguar junto da Câmara o porque da situação. Em relação à alteração do Regimento, sem querer ser optimista nem pessimista, o Senhor Presidente da Assembleia considera que não é o melhor momento para o fazer. Numa altura em que se está a discutir um figurino completamente novo, com competências novas à Assembleia Municipal e à Autarquia não será tão mau quanto isso manter um termo que já está ultrapassado por mais algum tempo até estar tudo devidamente definido para se poder avançar com as alterações todas de uma só vez. Ainda no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Sérgio Freire,

e não falando naquilo que foi a pergunta directa ao Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia informou de que a calendarização do Governo para discussão nas Assembleias Municipais da proposta apresentada, e que já foi dada a conhecer aos partidos para ser discutida na Assembleia da República, prevê uma discussão nas Assembleias Municipais no último trimestre do ano. Isto quer dizer que vai ter de ser convocada uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para discutir esse assunto. Neste momento ainda não existe nenhuma obrigação formal para se fazer mas será de bom senso fazê-lo para que todos sejam conhecedores da proposta do Governo e eventualmente na altura também já dos partidos da oposição. -----

-----Entretanto, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. Começou por referir a questão dos uniformes e informou que irá proceder a um despacho que obrigue ao uso de uniformes adequados por parte dos funcionários da Câmara Municipal no exercício de funções públicas. Quanto ao protocolo da Câmara Municipal de Vagos com a Câmara Municipal de Ílhavo ele ainda não foi outorgado, esteve para sê-lo, mas será apenas para competências que não se referem ao protocolo existente com a Gaticão. O abate é um facto diário porque há um conjunto de cães que são abatidos invariavelmente por força do estado em que se encontram. As transferências feitas são a da competência do abate e da competência de incineração, sendo estas duas que estão em causa, e a Câmara mantém a competência da recolha e a Gaticão a competência da sua guarda e alimentação. É obrigatório e necessário, por uma questão de controle dos efectivos e para eliminar animais que estão a sofrer mais do que aquilo que estão a viver, esse abate. Este abate podia ser feito pela Câmara de Vagos mas com não tínhamos uma solução tão eficaz passar a ser feito no canil de Ílhavo que tem incineradora. O que estava a ser feito era após o abate do animal procedia-se ao seu congelamento sendo seguidamente transportado para S. João da Madeira o que se tornava bastante oneroso e assim sendo esta proposta vem reduzir os custos da Autarquia. Todavia, ainda não foi objecto de assinatura o referido protocolo. Relativamente à reunião do POOC com o INAG foram abordados dois temas: as obras que a Autarquia pretende ver efectuadas de Requalificação da Praia da Vagueira e o Processo de Revisão do POOC. Este processo de Revisão do POOC abordou vários temas em que a Câmara gostaria de ver o INAG juntamente com as pessoas especialistas da área analisassem. O primeiro deles, e o mais premente, relaciona-se com a Defesa de Costa. A Autarquia apresentou uma proposta, que já é defendida por alguns Professores dos Institutos Técnicos, nomeadamente Leiria, que o próprio Eng<sup>o</sup> Veloso Gomes defende e na reunião que houve ele mesmo referiu a questão da Defesa Aderente Destacada da Aguda, em Vila Nova de Gaia, que correu com grande sucesso e que foi feita para proteger a entrada dos pescadores da Foz do Douro no mar e ao fim de alguns anos o espaço entre a Defesa Aderente e a Praia estava completa preenchido de areia. Portanto, funcionou de tal maneira imprevista e favorável à Protecção de Defesa de Costa e daí a ideia de estudar a possibilidade de o fazer ao largo da Praia da Vagueira em conjunto com um estudo que se relaciona com o prolongamento dos Esporões para a mesma medida e inclinação que o Esporão do Areão que funciona e a criação de um Esporão imediatamente a Norte da Praia da Vagueira com a mesma dimensão e inclinação conjugado com essa Defesa Aderente para não provocar, digamos assim, os efeitos nefastos da Erosão imediatamente a Sul do Esporão. Nessa mesma reunião foram ainda

discutidas vicissitudes que o POOC tem exactamente sobre o Plano de Pormenor que continua condicionado pela Revisão do POOC: definição do domínio público marítimo para que se permita ou criar clausula de excepção ou se permite a edificação em quatro espaços, hoje não edificados por força do POOC ou melhor do entendimento que os Técnicos da CCDR têm do POOC que não é o mesmo de alguns Juristas da Universidade de Coimbra contactados e dos Técnicos da Câmara Municipal de Vagos. Todavia, o parecer da CCDR é vinculativo e transmitiu-se para a ARH que manteve o mesmo parecer e portanto tem impedido, por força da ausência de regras claras quanto à definição da linha do domínio público, alguns proprietários de construir nos seus prédios mantendo situações que são graves em termos ambientais e em termos de segurança. Falou-se também da criação de novas Praias sendo que hoje temos três e a Câmara gostaria de passar a ter mais duas: uma entre o Labrego e o Areão e outra entre a Vagueira e Costa Nova, imediatamente entre os dois e esta associa-se a um conjunto de Infraestruturas que está previsto no Projecto de Requalificação da Margem da Ria entre a Vagueira e a Costa Nova e por força disto faz todo o sentido que se crie, no limite dos dois Concelhos, Vagos e Ílhavo, uma nova praia. Outro assunto abordado foi a Requalificação dos Equipamentos em termos de dimensão e de escala e de qualificação por quanto os nossos equipamentos relativamente à Costa Nova são muito diferentes o que faz com que o investimento não cativa pessoas para a Praia da Vagueira e por isso foi proposto a criação de mais equipamentos não semeáveis nas cinco praias, entenda-se, que vão surgir se a proposta for aceite e na própria Praia da Vagueira com a realocização de alguns equipamentos que do ponto de vista da Câmara se acham mal localizados, nomeadamente, os Bares Canto da Sereia e Neptuno. Falou-se, também, do Projecto de Requalificação da Praia da Vagueira continuando a haver um compromisso por parte do INAG e do POVT da Unidade de Gestão de aceitar a transferência ou a situação de posição contratual na Candidatura aos Fundos Comunitários daquela empreitada. Entretanto, vai haver uma reunião na próxima semana com a Vice-Presidente do INAG para acertar os pormenores do Projecto tentando reduzir os encargos do mesmo para a Autarquia, uma vez que, segundo foi informado, para o Orçamento de Estado o Presidente do INAG elencou um conjunto de prioridades de acordo com a dotação financeira que o Ministro das Finanças lhe comunicou e teve que deixar cair ao longo de todo o Litoral uma série de obras que previa fazer, nomeadamente esta da Praia da Vagueira e inclusive em alguns sítios cujo a perigosidade é maior. Não estão, contudo, postos em causa as intervenções de manutenção e intervenção urgente de Defesa de Costa, uma vez que são coisas perfeitamente distintas sendo que a manutenção da Defesa Aderente vai acontecendo à medida que se justifique. Quanto ao Plano de Pormenor da Boa Hora Floresta encerrou-se o processo de procedimento de alteração, o processo de alvará de loteamento, o processo de participação e inscrição de prédios nas Finanças e o processo de registo das alterações ao loteamento. Está feita a notificação do promitente comprador estando reunidas as condições para nos próximos dias haver uma reunião para encerrar de vez este processo criando-se um novo caminho que é o da edificação cumprindo aquilo que foi autorizado por esta Assembleia. Relativamente à Gelataria informou o Senhor Presidente de que na primeira vez o processo arrastou-se muito na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal não permitindo ao promotor apresentar projectos, obter licenças e executar antes do Verão. O promotor apresentou o processo de licenciamento quando entendeu e o que é certo é que face a um

conjunto de problemas que foram colocados não conseguiu desbloquear em tempo útil para executar e abrir ao público na época balnear que terminou. Entretanto, há aqui um pormenor, o promotor só aceita executar durante o inverno para ter o estabelecimento aberto ou abrir antes da época balnear. Quanto ao Parque Desportivo da Boa Hora quando for pedida a recepção provisória esta será efectuada pelos serviços, se tudo estiver em conformidade. Contudo, este caso não tem necessariamente a ver com o do Senhor Nelson Costa, uma vez que teve a ver com a instalação de um reservatório de gás numa zona que era suposto ser do Parque Infantil. Quanto ao PRORIA esta é uma candidatura conjunta de todos os Municípios da CIRA para promoção da Ria, da marca Ria e dos produtos da Ria e o seu custo está distribuído pelos vários Municípios com incidência naqueles que mais têm a ver com a Ria. As candidaturas ao PRORIA, tal como as cinco candidaturas do Município, foram feitas ao PROMAR que é o programa a que o Grupo de Acção Costeira candidatou um conjunto das suas acções. O Município de Vagos foi contemplado com três aprovações: o posto de vendagem, o espaço museológico e palheiros e os passadiços. Isto surgirá conjugado com o projecto referido anteriormente, que está no INAG e que vai ser novamente passado para a Câmara Municipal, uma vez que têm de estar articulados porque este projecto que se está a falar tem passadiços que ligam o Labrego à Praia da Vagueira até ao lado Norte e o que se pretende é conjugá-lo com a intenção protocolada com a ARH de levar os passadiços desde esse projecto que está no INAG até à Praia Norte para as pessoas acederem a espaços, quer a Norte quer a Sul, como praia, nomeadamente na Zona onde há estacionamento com grande dimensão. A ideia dos passadiços é fazer passear as pessoas ao longo da praia mas também fazê-las aceder ao estacionamento e a uma praia com areal. No que diz respeito ao programa SIADAP o Senhor Presidente informou de que todo o processo correu muito bem, em primeiro ano de implementação. As dificuldades que o programa levanta foram sendo esbatidas ao longo do processo e teve o acompanhamento de uma empresa prestadora de serviços que já tinha experiência com sete instalações a nível municipal. O contrato com a Delloite foi rescindido porque chegou-se à conclusão de que com esta empresa não se estava a conseguir implementar e avançar com o programa. É certo que o primeiro ano de avaliação serviu para detectar um conjunto de vicissitudes que o próprio sistema tem e fez com que o Conselho de Coordenação e Avaliação (CCA) propusesse e a Câmara decidisse, e o Presidente da Câmara naquilo que é âmbito das suas competências exclusivas decidisse, inverter alguns dos pontos relativamente ao ano passado e portanto este ano irá correr melhor e ter-se-á em 2012 e 2013 um programa a funcionar na perfeição. Isto, é óbvio, se as consequências da proposta de lei do Governo não tiverem vicissitudes extremas no próprio programa porque o SIADAP só é possível se houver uma estrutura de avaliadores para os avaliados. Esta estrutura de avaliadores exige cargos de chefia intermédios e se entrar em vigor a proposta de lei, tal como ela está, criará muitas dificuldades ao sistema porque a Autarquia tem cerca de duzentos funcionários e o Senhor Presidente considera estranho políticos a serem avaliadores, e a avaliarem funcionários com o qual não contactam diariamente, mas admite que seja feito pelo o chefe de divisão que avalia aquelas pessoas que trabalham na sua divisão, pelos os chefes de secção que avaliam as pessoas que trabalham na sua secção e pelos encarregados que avaliam o grupo de pessoas com quem trabalham e portanto reduzindo drasticamente o número de cargos dirigentes o sistema pode colapsar porque é difícil avaliar tantos trabalhadores. Em seguimento, o Senhor Presidente

acredita que da discussão que vai ser feita, em torno da proposta que o Governo apresentou, haverá conciliação de todos os problemas associados. Quanto às repavimentações, quando o Senhor Presidente assumiu aqui nesta Assembleia exigir a suspensão das obras até serem efectuadas as repavimentações sortiu efeito de um ponto de vista e não sortiu efeito do outro, ou seja, a ADRA aceitou o repto da Autarquia e solicitou aos empreiteiros que suspendem a execução enquanto não repavimentassem. Só que as repavimentações foram o que foram e realmente há zonas em que são inaceitáveis e portanto houve uma reunião com a ADRA para tratar de vários assuntos, esta semana, um dos quais foi este e o que ficou definido foi também pedir a suspensão enquanto não fosse tratadas algumas repavimentações que ficaram em péssimo estado e ser objecto de fiscalização conjunta por parte da fiscalização da obra e da Câmara Municipal e daí saírem directrizes claras para repavimentarem e fazerem regularizações às vias que ficam muito aquém das efectuadas, ou seja houve muito mais destruição daquilo que foi repavimentado. Referiu, ainda, que face à disponibilidade da ADRA que é detentora de caução que são suficientes para as repavimentações integrais esta irá mais uma vez impor a sua lei. Relativamente à MAIS VAGOS o Senhor Presidente informou de que por força da alteração à lei vai deixar de falar desta empresa passando a tratá-la como ela irá ser tratada na lei que está para ser aprovada. A lei é clara e a MAIS VAGOS, ou outra empresa participada por Municípios seja ela qual for e neste caso temos duas sociedades idênticas a Lusitânia Gás e a ADRA sendo que a diferença está na participação social portanto são sociedades privadas com uma minoria de capitais públicos, irá ser obrigada a remeter relatórios de actividade e relatórios de contas para as entidades de fiscalização e, assim sendo, os Senhores Deputados em vez de questionarem o Presidente da Câmara poderão analisar as actividades e as contas das sociedades participadas pelo Município. No que toca ao pedido de parecer à DGAL que o Senhor Presidente se obrigou a fazer vai ter de ser reformulado uma vez que foi interrompido para efectuar o contraditório institucional e pessoal do Município de Vagos ao relatório preliminar da Inspecção Geral de Finanças que merecia toda a atenção face aquilo que lá estava escrito. A seu tempo os Senhores Deputados terão acesso ao respectivo relatório que se acha, neste momento, numa fase de segredo, uma vez que é assim que funcionam as regras, ou seja, há um relatório preliminar e há um relatório síntese e é este último que é do conhecimento da Câmara Municipal e do Presidente da Assembleia Municipal que o disporá à Assembleia Municipal e portanto nessa fase o Senhor Presidente falará ou quebrará o sigilo sobre o mesmo, uma vez que, nesta fase não pode nem o deve fazer. Voltando ao parecer à DGAL há uma questão, e que não diz respeito à MAIS VAGOS e sim ao Presidente da Câmara Municipal e não carecerá de parecer, que era a das senhas de presença do Presidente da Câmara Municipal enquanto representante do Município no Conselho de Administração da MAIS VAGOS exercendo funções de Presidente do mesmo Conselho. A proposta de alteração é clara vindo no sentido de proibir o recebimento de senhas ou qualquer outro tipo de remuneração a todos os Deputados, Presidentes de Câmara e a todos os Eleitos Locais que por força da nomeação por parte do Município, a quem cumpre o direito de nomear, para os Órgãos Sociais das suas empresas participadas que é o caso da MAIS VAGOS. Quanto ao resto do pedido julga-se que resta apenas a substituição, por parte da Câmara Municipal, do seu nomeado neste caso o Vereador, uma vez que foram as duas questões que o Senhor Deputado Jorge Luís suscitou esclarecimentos a uma entidade exterior ao

Município, e essa questão será posta porque não se encontra resposta na alteração à lei do sector empresarial local. Relativamente à questão do Senhor Deputado Sérgio Freire o Senhor Presidente da Câmara subscreve as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e esclarece que não teve, ainda, oportunidade de analisar com profundidade a proposta que o Governo enviou para todas as Autarquias. Entende o Senhor Presidente que aquilo que serão os objectivos iniciais de uma Reforma Administrativa profunda caiu por terra e a proposta que é apresentada, para discussão, é uma proposta cujos efeitos são mais pequenos. Esta é uma proposta que do ponto de vista do Município de Vagos não trará grandes consequências mas numa análise mais profunda poderá criar uma opinião sobre o assunto. De qualquer modo o mais importante não é a opinião do Presidente da Câmara Municipal mas sim a opinião da Assembleia de Freguesia que for objectivamente afectada e da Assembleia Municipal, e quando forem convocadas para o efeito. Cabe a esses Órgãos, e não ao Presidente de Câmara ou ao Presidente da Junta de Freguesia, emitir pareceres, uma vez que a lei ainda não foi alterada e as entidades com competência para deliberar sobre a Constituição ou fim ou fusão de Freguesias ainda são as Assembleias de Freguesia e Municipais. Quanto ao início do ano escolar passou a palavra à Senhora Vereadora da Educação Dr<sup>ª</sup> Albina Rocha e relativamente aos sinais e Comissão Municipal de Trânsito passou a palavra ao Senhor Vereador Marco Domingues. -----

-----Usou da palavra a Senhora Vereadora Albina Rocha e informou os presentes de que o início do ano escolar já foi encetado e está tudo a decorrer dentro da normalidade quer no que diz respeito às Escolas que são da responsabilidade da Câmara Municipal, ao nível de ensino que é o Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico quer nos outros Estabelecimentos de Ensino. Em termos de Educação não formal a Universidade Sénior fez hoje o lançamento do ano. Portanto, em termos escolares e de Educação está tudo a funcionar dentro da normalidade. -----

-----Usou da Palavra o Senhor Vereador Marco Domingues para prestar esclarecimentos relativamente à sinalização e funcionamento da Comissão de Trânsito. Respondendo ao Senhor Deputado Jorge Luís referiu que a Comissão de Trânsito foi constituída, essencialmente, para lidar com situações da ordenação do trânsito, sinalização vertical e sinalização horizontal. Não pretende a Comissão substituir-se a outras entidades externas à Autarquia ou que não tenham relevância nas obras a ser realizadas e tenham também essa responsabilidade de resolver problemas ao nível dos buracos existentes e reposição de pavimentos. Começou-se com um levantamento, em termos de actividade, cadastral de toda a sinalização vertical e horizontal do Concelho, entre Novembro e Fevereiro do ano anterior, que está concluído e está neste momento a ser actualizado. A Comissão tem uma metodologia interna que passa por ser composta por entidades externas à Câmara Municipal para validar os planos de sinalização ou a colocação de alternativas em termos de orientação do trânsito onde todas dão a sua opinião. Há depois todos aqueles serviços que são mais simples de responder e que exigem maior rapidez e por isso mesmo se procura dar resolução imediata. A Comissão encontra-se, ainda, a tentar intervir em determinadas situações consideradas de grande constrangimento para o bom funcionamento do trânsito, até por casos muito concretos como por exemplo os semáforos no Centro da Vila que mesmo não sendo da responsabilidade da Autarquia esta solicitou uma reunião às Estradas de Portugal no sentido de ser a Câmara a assumir essa gestão mas não lhe foi concedido consentimento para tal.

Muitas das vezes existem constrangimentos no trânsito e mesmo que a Comissão ou a própria Autarquia se disponibilizem para intervir acabam por não o poder fazer. Após o levantamento efectuado e dados os vários constrangimentos que têm surgido a Comissão encontra-se, neste momento, ainda numa só Freguesia que é Vagos. Entretanto, convém referir que os Presidentes de Junta de cada uma dessas Freguesias têm acento na Comissão aquando do levantamento da própria Freguesia. Os problemas resolvidos até agora têm sido essencialmente sinalização e estacionamento, tal como ficou definido nos objectivos e nas competências da própria Comissão. Ainda não está criado o endereço para onde a população possa fazer as suas participações e apresentar as sugestões que assim entender mas está para breve e aí será mais fácil dar resposta a situações mais urgentes. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Pires Plácido para referir que aquando da criação da praia entre o Areão e o Labrego não se esqueçam de criar os acessos e o estacionamento porque os terrenos são privados depois fica-se com uma condicionante como se tem agora para ir para a praia do Labrego em que se tem de pagar estacionamento e o dono do terreno deixa entrar porque é uma pessoa compreensiva e não tem criado entraves. Relativamente à questão da sinalização de obra o Senhor Deputado pediu que o Senhor Vereador esclarecesse se o que quis dizer foi que esta era da responsabilidade do empreiteiro da obra. Se foi não está correcto porque a sinalização da obra é da responsabilidade do dono da obra, a Câmara Municipal ou a ADRA, e quando o empreiteiro quer fazer uma sinalização provisória têm de apresentar antecipadamente à Câmara Municipal ou à ADRA um projecto dessa sinalização e ser aprovada. É isso que diz no caderno de encargos e no plano de segurança e saúde de qualquer empreitada. -----

-----Entretanto usou da palavra o Senhor Deputado Juan Carlos Martins para referir a questão da Motocast Fundação que já veio a esta Assembleia Municipal e foi retirada por faltar um parecer do estudo do Impacte Ambiental. Entretanto, foi convocada uma reunião na Câmara Municipal em que foi solicitada a presença da Assembleia Municipal, não estando o Movimento VAGOSPrimeiro representado apesar da importância desta questão. Em seguimento desta reunião o Senhor Deputado pretendia saber em que ponto está, neste momento, a questão da Motocast. -----

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Jorge Luís Oliveira para dizer ao Senhor Vereador Marco que naturalmente a Comissão de Trânsito é para regular o trânsito e não tem a ver com os buracos, mas que também não seja só sinais e que seja por exemplo a definição de sentidos únicos porque em Vagos há estradas intransitáveis. Relativamente ao Regimento, e tal como referiu o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Deputado entende que não faz nenhum sentido alterá-lo agora. Em relação à documentação era oportuno que fosse sempre remetida por e-mail tornando as coisas mais simples mas também com um suporte que fosse facilmente tratável porque se for em PDF, tipo fotografia, não se consegue fazer nenhum tipo de intervenção e por vezes torna-se difícil a sua análise quando, por exemplo, as folhas estão invertidas. Relativamente ao PP da Boa Hora o Senhor Deputado gostava que lhe confirmassem uma coisa: segundo aqui foi garantido, depois de o Plano ser alterado, iria haver um concurso para as pessoas apresentarem propostas com base num caderno de encargos, apesar de haver um concorrente. O Senhor Deputado gostaria de saber se ainda se confirma esta situação. Aquilo já esteve à venda várias vezes em determinadas condições e ninguém se mostrou interessado mas

nestas condições pode haver interessados. Isto é um alerta para que amanhã não se venha a dizer que houve aqui uma negociação directa e que havia uma série de interessado que podiam pagar mais. Esta questão já aqui foi referida e na altura o Senhor Deputado ficou convencido que foi dito de que iria existir um concurso público. Entretanto, referiu outro assunto que tem a ver com o pedido de parecer que o Senhor Presidente da Câmara ficou de fazer há três meses atrás e que de acordo o que disse à minutos desdisse aquilo a que se comprometeu. O pedido de parecer ia exactamente no sentido de esclarecer a questão da remuneração do Presidente da Câmara enquanto membro do Conselho de Administração da MAIS VAGOS. Aliás, nessa altura, o Senhor Deputado referiu que ou o Senhor Presidente pedia o parecer ou ele mesmo informava o Tribunal de Contas do que se estava a passar. Mas se assim for, embora com um atraso de três meses, o Senhor Deputado mantém a sua posição e irá dar seguimento à informação para o Tribunal de Contas. Esse era o único parecer a pedir porque os outros estão todos mais que esclarecidos porque decorrem da lei que está em vigor e não da que vai sair. Continuando, o Senhor Deputado referiu que sobre esta matéria não fala mais porque esta empresa é estratégica para o desenvolvimento do Concelho e não merecer que se esteja sempre a falar dela por razões menos boas e com o Senhor Presidente da Câmara constantemente a insistir que a Câmara nomeia membros do Conselho de Administração quando isso não é verdade. A Câmara propõe à Assembleia Geral e esta elege e como esta só tem 49% do Município os outros 51% não o fazem mas podiam fazer porque são eleitos por maioria simples. Os estatutos existem e dizem isto mesmo. Esta é uma Sociedade Anónima que tem os estatutos e não há, como nas Sociedades participadas pelas Câmaras Municipais, as tais que fazem parte das empresas municipais, aí uma nomeação directa para os cargos de administradores. Existem Sociedades Anónimas que os estatutos dizem que determinada percentagem de capital dá direito a um administrador e isso sim é por nomeação mas aqui neste caso não é assim e está bastante claro e evidente que quem elege os membros do Conselho de Administração da MAIS VAGOS é a Assembleia Geral onde o Município está representado e ocupa o seu cargo e as outras pessoas ocupam os cargos delas e não do Município. Concluindo, o Senhor Deputado referiu que a Câmara não exonera nem nomeia apenas propõe à Assembleia Geral que o faça. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Sérgio Freire para fazer um comentário relativamente à questão da criação e novas praias no Concelho de Vagos. O Senhor Deputado mostrou o seu desagrado por esta informação porque entende que é preferível preservar e manter as praias que existem com alguma qualidade do que criar mais. Há vários factores a ter em atenção tais como questões de custos e investimentos, protecção da costa e do meio ambiente e a criação de novas praias não irá ajudar em nada. Quando se fala em estacionamento deve pensar-se onde. Existe ali uma língua de areia e deve preservar-se o pouco que existe. E depois há ainda a ter em atenção a questão do trânsito que no Verão já é o caos que é com a criação de novas praias irá concerteza agravar-se. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e começou por esclarecer o Senhor Deputado Sérgio Freire que a Câmara quando propôs a criação de novas praias propôs também a criação de um conjunto de equipamentos, como por exemplo o acesso condicionado à praia por via de passadiços, a criação de estacionamento e, como é óbvio, prevê a aquisição dos respectivos terrenos ou a expropriação dos mesmos e nada é feito em prejuízo ambiental. Aguarda-se, entretanto, a resposta do

INAG a esta proposta do Município. Quanto ao que a Assembleia Municipal autorizou em Novembro de 2009 foi a alienação, por 1,3 milhões de euros, ao promotor nas condições por ele propostas e que estavam expressas na sua proposta para compra daqueles determinados lotes por ele identificados e com o que queria ver naqueles lotes, que eram as referidas alterações, e para isso fixou um preço. Em seguimento disto foi efectuada uma autorização soberana da Assembleia Municipal para a alienação. Doutra forma não faria qualquer sentido. Alguém que apresenta uma proposta para adquirir um conjunto de lotes por 1,3 milhões de euros e que não se submete às regras do concurso público cumpre à Assembleia Municipal, se assim o entender, autorizar ou não a alienação. Nessa altura a Assembleia Municipal se entende-se o contrário rejeitava a proposta do investidor e deliberava proceder-se à alteração que a Câmara entender, melhorar-se o plano da forma que entender, concordando com propostas apresentadas pelo promotor ou não, e depois disso submetia-se a alienação em Hasta Pública. Mas, nada disto aconteceu e foi tudo feito de forma muito clara e discutido até à exaustão. Relativamente ao parecer à DGAL o Senhor Presidente informou de que irá fazê-lo para que este assunto fique definitivamente esclarecido. Em relação à insistência que tem vindo a fazer informou de que esta se deve ao facto de na Lei das Autarquias Locais referir que cumpre às Autarquias, enquanto detentoras de capital social em Sociedade Anónimas, nomear e exonerar os seus representantes nos Órgãos Sociais dessas empresas. Escusado será dizer que uma vez indicados pelos accionistas é a Assembleia Geral que elege, e aqui não há dúvidas. Um caso concreto desta situação é, por exemplo, a SIMRIA que é uma empresa do sector empresarial público participada por uma maioria de capitais públicos, parte do Estado e parte das Autarquias. E mesmo nessas empresas os Municípios, e aqui como é óbvio nenhum Município tem uma posição de 49%, e o Estado aqui tendo uma posição dominante indica os seus representantes para a Assembleia Geral eleger, indicam o seu ou os seus representantes, se o Estado admitir mais que um, para a mesma empresa e as minorias invocam o seu direito a estar representados no Conselho de Administração. Foi isto que fez o Dr. Alberto Souto quando a maioria das Autarquias do PSD juntamente com CDS e com o Estado indicaram uma lista para eleição na Assembleia Geral. O Senhor Presidente referiu, ainda, que consultando o Código das Sociedades Comerciais existe lá um artigo que diz que relativamente aos seus nomeados, e talvez relativamente ao Conselho Fiscal não seja assim, aplica-se-lhe o respectivo regime. O respectivo regime diz que na Lei das Autarquias Locais compete às Autarquia nomear e exonerar. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Jorge Luís e afirmou que o Senhor Presidente tem toda a razão porque a Lei das Autarquias Locais atribui à Câmara o direito de nomear os seus representantes nas empresas onde está e esse direito é o de nomear o representante do Município na Assembleia Geral e mais nada. -----

-----Entretanto, retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Juan Carlos Martins relativamente à Motocast Fundação e informou que terminou o período de discussão pública com a participação de um conjunto de entidades onde se inclui a Câmara Municipal e aguarda-se, neste momento, os resultados finais da discussão pública quanto ao Estudo do Impacto Ambiental. O resultado final será ou a aprovação ou a rejeição do Estudo do Impacto Ambiental, sendo que havendo aprovação será emitida uma Declaração de Impacto Ambiental positiva. -----

-----Usou da palavra o Senhor Vereador Marco Domingues para esclarecer o Senhor Pires Plácido que o que disse anteriormente não se referia aos empreiteiros nem à sinalização de obra mas sim ao facto de nem a Câmara Municipal nem a Comissão de Trânsito substituírem as responsabilidades que existem por parte dos empreiteiros ou de outras entidades. Em relação à questão do Senhor Jorge Luís informou que a Comissão de Trânsito não deixará de cumprir com as suas obrigações e tratar desses assuntos acontece que há dois eixos a ter em conta: o primeiro deles é dar passos mais pequenos e seguros relativamente aquilo que é uma prioridade e é harmonizar as questões da sinalização e tentar que esses planos sejam homologados ou esteja pelo menos numa fase de aprovação; o segundo diz respeito aos casos mais complexos nomeadamente o da orientação do trânsito ou inclusive algumas sugestões que a própria Comissão fará questão de dar e de compilar para as orientações que a Câmara tem ao nível de mobilidade e acessibilidade. -----

-----De imediato o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da “**Ordem de Trabalhos**”, submetendo o Ponto Um a discussão: -----

-----**PONTO UM: INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), DO ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO;** -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia Municipal a actividade municipal, no período compreendido entre 28 de Junho e 27 de Setembro de 2011 -----

-----Deu, ainda, a conhecer a informação financeira à data de 26 de Setembro de 2011, bem como os processos pendentes em Tribunal, em que o Município de Vagos é parte e que envolvam eventual responsabilidade financeira. -----

-----Pedi e usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido que começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara se sempre foi assinado no dia 28 de Setembro, tal como está referido na informação, o Contrato de Empreitada do Centro Escolar. Seguidamente, o Senhor Deputado pediu uma explicação relativa à verba de cinquenta e cinco mil e oitocentos euros que vêm da aquisição da prestação de serviços da Área de Engenharia de Recursos Florestais, Pedro Alexandre Santos. Agradeceu, também, ao Senhor Vereador, pelo facto de, ao fim de algumas insistências, virem indicadas na informação o tipo de apoios que a Câmara Municipal dá aos eventos que se vão realizando e isso é sempre muito agradável. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira referindo que é de estranhar que tenham havido obras de reparação na Casa Gandareza, que é relativamente recente; que exista um Campo de Futebol do Futebol Clube Vaguense; estranhar que se continuem a contratar treze auxiliares de acção educativa em outsourcing, no seguimento de um concurso que teve uma série de reclamações, e isto já vai numas dezenas muito largas de milhares de euros, e mais cinco auxiliares de acção educativa para o ensino pré-escolar, contratadas por mais cinquenta e três mil euros (dez mil euros por cada funcionária). O Senhor Deputado considera que será importantes as pessoas começarem a pensar que há profissões que afinal rendem mais do que parecia e lembrar que estão disponíveis no mercado social de emprego algumas soluções bastante económicas que o Município pode aproveitar para não ter estes encargos tão significativos ao mesmo tempo que combate a exclusão social, a pobreza e contribui para uma redução do desemprego e para acabar com a subsidiação sempre tão criticada pelo PSD e pelos partidos da área

da Governação. O Senhor Deputado entende que era oportuno e a Câmara poupava muito dinheiro se aproveitasse aqueles que são os programas disponíveis no Instituto de Emprego e Formação Profissional para contratação de pessoas a preços mais baixos. Continuando, o Senhor Deputado referiu mais uma questão que gostaria de ver esclarecida e que tem a ver com uma obra que está a ser feita e, entende o Senhor Jorge Luís, está desenquadrada, ou pelo menos não é conhecido o enquadramento, naquilo que era um projecto anteriormente apresentado pela Câmara para o Edifício Palacete do Visconde de Valdemouro. O que estava previsto para este edifício era transformá-lo numa casa da cultura onde iam haver ateliers e agora anda-se a reparar o rés-do-chão, pelos vistos, para instalar o Museu do Brinquedo que as pessoas podem até achar muita graça mas que nunca esteve previsto em lado nenhum nem em plano de actividades nem em nenhum plano estratégico do Município. As obras estão a decorrer para aquele efeito já alteram aquilo que era a filosofia anterior mantendo-se o resto do edifício sem intervenção até um dia acabar por cair. Não haverá grandes dúvidas de que este edifício sem uma intervenção profunda mais dia, menos dia cai. Ao mesmo tempo mantêm-se num estado, em que todos podem reparar, de absoluta degradação as antigas instalações do Centro de Saúde de Vagos e que está ali há tanto tempo exposto a tudo quanto é vandalismo em condições deploráveis e com organizações, no Concelho, a precisarem urgentemente de instalações. O Senhor Deputado, como Presidente da Assembleia Geral de Filarmónica Vaguense, referiu aqui que a Filarmónica Vaguense é a Instituição mais velha do Concelho, uma instituição prestigiada e prestigiante, que prestigia a nossa terra e a nossa gente, que demonstra do que é que os vaguenses são capazes ao nível das artes, tem uma banda com setenta e seis elementos, duas orquestras (uma juvenil e outra infantil), tem uma escola com mais de cinquenta alunos e têm que ter aulas quase que num vão de escadas porque não têm onde os colocar e está à espera de um espaço para ter os seus ensaios, tendo apenas uma sala para com apenas sessenta e cinco metros quadrados quando precisa no mínimo de um palco de cem metros. Uma situação degradante de um edifício que tem obrigatoriamente que ser recuperado e a falta que ela faz a todas as instituições do concelho mas nomeadamente à Filarmónica Vaguense que prestigia o Concelho de Vagos onde quer que vá. Ainda há pouco tempo participou num encontro de bandas em Almada e foi elogiadíssima como sendo uma das melhores que alguma vez por lá tinha passado. Por tudo isto, entende o Senhor Deputado que esta questão deve ser resolvida com alguma brevidade e os compromissos assumidos, ou pelo menos as promessas que eventualmente tenham sido feitas sejam honradas rapidamente a bem do nosso Concelho. O Senhor Jorge Luís não tendo nada contra a instalação do Museu do Brinquedo considera que é uma situação desgarrada que não estava prevista em lado nenhum estando a pôr de lado outras propostas assumidas anteriormente. -----

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado Sérgio Freire para fazer apenas uma nota relativamente ao processo 1003/10.TAGD-Processo de Execução. Este processo foi instaurado pela exequente Carramão e diz, nesta informação, que o Município de Vagos foi notificado para, num primeiro momento, se pronunciar sobre a penhora de crédito. Tendo em conta que o Município se pronunciou fora do prazo foi o mesmo penhorado e conseqüentemente apreendido um veículo, propriedade do Município. O Senhor Deputado referiu que uma situação destas é *sui generis* porque não se pode conceber, tendo a Câmara serviços jurídicos, ser o Município notificado por não se pronunciar dentro do

prazo e chegar ao cúmulo de ver um veículo apreendido por falta de resposta parece no mínimo ridículo. A mensagem que quis deixar o Senhor Deputado é para que este tipo de situações seja evitado. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Juan Carlos Martins para realçar o esforço em termos de transparência das contas e a diminuição da conta corrente de fornecedores, cerca de duzentos e cinquenta mil euros em três meses. Outro comentário que fez foi em relação à intervenção do Senhor Deputado Jorge Luís quando se referiu à contratação das auxiliares de acção educativa. Em parte o disse é muito verdade, ou seja, fica muito bonito esse tipo de discurso em público, mas o Senhor Juan Carlos considera que na prática não é bem assim que funciona. O Senhor Deputado que tem uma filha de oito anos a frequentar uma escola do ensino básico põe muitas reticências ao facto de vir a ter nesse estabelecimento de ensino uma auxiliar indicada pelo Centro de Emprego. O Senhor Juan Carlos é de opinião que o Senhor Deputado Jorge Luís sabe, uma vez que também contrata funcionárias para a instituição que dirige, que só cerca de 10% das pessoas contratadas tem capacidade ou responsabilidade suficiente para assumir funções de auxiliar de acção educativa. O Senhor Deputado realçou que o que disse é por experiência própria, porque também dirige uma IPSS's. -----

-----Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para dar resposta às questões aqui colocadas pelos Senhores Deputados. Assim sendo, esclareceu que a contratação do Engenheiro Florestal é necessária no âmbito do Gabinete Técnico Florestal no decorrer do Protocolo que foi assinado com a Autoridade Nacional de Florestas, por um contrato de três anos em que os encargos serão suportados na totalidade por esta entidade, e vai prestando à Câmara Municipal, além daquilo que seria o normal de um gabinete destes, todo o apoio em matéria de licenciamentos daquela área. Portanto, serve bem os interesses quer do Gabinete quer do Município. Quanto às obras na Casa Gandareza convém referir que esta não sofreu obras, levou apenas uma “vassourada”. Assim sendo, com o tempo e passado algum tempo aquilo que foi feito, não considerando as obras de recuperação como uma empreitada que renovou tudo, provavelmente terá de ser refeito se não houver cuidado. Algumas das coisas que foram feitas, haja o cuidado que houver, vão ter que ser refeitas porque as paredes são em adobe que tem salitre e portanto chove e rebenta a tinta e a Casa Gandareza, naquela empreitada a que o Senhor Deputado se referiu, não foi objecto de uma intervenção profunda e logo ao fim dessa empreitada os serviços da municipais andaram lá a realizar um conjunto de trabalhos de recuperação da própria casa. Portanto, a empreitada não incidiu com grande força na requalificação da casa gandareza. Tudo isto para dizer que não há motivos de preocupação com as obras porque não se trata de deficiências de execução da empreitada, trata-se sim de obras de manutenção que são necessárias em todas as casas. Continuando, esclareceu que a denominação Campo de Treinos do Vaguense é isso somente uma mera denominação, porque a propriedade é, obviamente, do Município. Relativamente às auxiliares de acção educativa começou por esclarecer que houve um procedimento concursal que terminou com um recurso hierárquico que terminou com uma decisão. A decisão assentou muito num incidente de anulabilidade mas isso foi um pormenor naquilo que era mais relevante e que foi aqui focado pelo Senhor Deputado Juan Carlos Martins. É que ao procedimento concorreram, realmente, pessoas com formação profissional adequada aquela função, ou seja, eram assistentes técnicos para auxiliares de acção educativa. Mas correr o risco de colocar pessoas que não reúnem requisitos e perfil para o exercício

daquelas funções é uma decisão que o Senhor Presidente nunca tomará. Aliás, a Câmara Municipal, cumprindo a lei, pôs a circular para saber se dentro dos recursos humanos da Autarquia, e isto é obrigatório por lei, haveriam pessoas disponíveis para o exercício daquelas funções. E existir existiam agora o que está em causa é saber se esses recursos humanos são capazes ou estão adaptados ao exercício daquelas funções específicas. E portanto, foi por razões ponderosas, e não põe leviandade, que o concurso foi anulado. Por outro lado em termos economicistas, e as informações são do Agrupamento de Escolas e não da Autarquia, as necessidades reduziram circunstancialmente, passando de treze auxiliares para sete, cinco mais duas. Relativamente aos custos daquelas treze foi necessário prolongar o contrato para completar o tempo que faltaria para encerrar o ano escolar, daí os quinze mil euros, e estas cinco são para a totalidade do ano escolar. O Senhor Presidente esclareceu, ainda, que dividindo os cinquenta e dois mil euros, que é o preço global da soma de salários, em descontos para a Segurança Social e retenções na fonte sabe-se muito bem que o valor líquido que uma destas pessoas ganhará ficará provavelmente na casa dos seiscentos euros e portanto não é nenhum despesismo da Autarquia. Quanto às obras no Palacete Visconde de Valdemouro estas decorrem a bom termo e estão dentro daquilo que é o projecto de recuperação do edifício. Provavelmente, dever-se-ia ter começado pelo telhado mas começou-se pelo primeiro piso e agora está-se no segundo piso. Continuando, as obras estão de acordo com o Projecto de recuperação e a afectação do seu uso está associada a um conjunto de vicissitudes que a Câmara não controla. Aliás, esta oportunidade que o Município tem é única e tem uma representação ou um valor cultural muito acima de que o ar de brincadeira associado à instituição que está em causa quer dar. O valor cultural desta instituição é inquestionável bem superior ao que temos por aí fora neste País em tantos Museus ou espaços destinados a cultura. O Senhor Presidente mostrou-se bastante satisfeito pela Câmara Municipal ter conseguido trazer para Vagos o Museu do Brincar e não está fora do programa desenhado pela Autarquia. Está fora sim, dentro das parcerias para a regeneração urbana que o Senhor Deputado conheceu porque participou enquanto parceiro, porque foi rejeitado por uma comissão de peritos do anterior Governo e que rejeitando o projecto de regeneração que previa uma vertente cultural para este edifício como é óbvio a Câmara decidiu, face àquilo que foi a oportunidade de conquistar o Museu do Brincar, apostar no Museu do brincar. No que diz respeito ao Centro de Saúde o Senhor Presidente lamenta da mesma forma que o Senhor Deputado Jorge Luís, mas há aqui um pormenor: quando uma pessoa desenha um projecto e faz uma candidatura a fundos comunitários e esse projecto está integrado e foi chumbado, foi submetido e refeito novamente pela Universidade de Aveiro, como o Senhor Deputado deve saber há um conjunto de requisitos no regulamento específico, e neste caso é a RUCI – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, onde há uma vinculação da Câmara Municipal aquilo que propôs para essa candidatura. Portanto, houve uma fase de candidaturas entre as quais se insere a recuperação das instalações do Antigo Centro de Saúde e a Câmara está a aguardar a sua aprovação. As coisas são o que são, o projecto está feito há bastante tempo, quer dos arranjos exteriores quer do próprio edifício, está tudo pronto para lançar a empreitada mas tem que se aguardar a aprovação da candidatura e nomeadamente do valor dessa candidatura, porque nos tempos que correm face às variações das regras é preciso ter alguma prudência. Concluindo, o Senhor Presidente referiu que a seu tempo e cumprindo aquilo que foi

aprovado há quatro anos atrás, e que foi chumbado, foi refeito e foi agora aceite, e que se mantêm o mesmo objecto: para a Filarmónica Vaguense, parcialmente; um espaço destinado à cultura; um espaço para funções sociais associadas à CPCJ, à 3ª idade, à Universidade Sénior. Informou, ainda, de que a Universidade de Aveiro louvou a Autarquia de Vagos pelo conjunto de acções associado ao Edifício porque segundo ela foi mais além daquilo que era pedido e aqui congratulou-se pelo trabalho executado pelo funcionários da Câmara Municipal envolvidos no projecto que foi elogiado pelo promotor principal. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado Sérgio Freire esclareceu o Senhor Presidente que o que está em causa é que no princípio não era uma questão jurídica, passou a ser. Quando se é notificado é-se para confirmar a existência de dívida. A Câmara não fez, dito, em prazo porque antes disso tinha sido declarada a falência, ou seja, existia um processo de falência e nestes casos são convocados todos os credores a reclamar os seus créditos. A pessoa em questão que penhorou o Jipe reclamou no processo de falência, foi decretada a falência dessa Sociedade. A falência é objecto de publicitação, é objecto de conhecimento público e portanto a Juíza que no Tribunal de execução ordenou a penhora cometeu um acto nulo. Entretanto, a pessoa que avançou com a penhora, do ponto de vista do Senhor Presidente, provavelmente terá pouca culpa porque nestas situações os mandatários têm uma palavra a dizer o que não terá sido feito neste caso e avançou indevidamente com uma Acção Executiva e com uma Providência Cautelar de penhora arrogando um direito que não tinha. Portanto, o Senhor Presidente não vê motivos para preocupação com este processo uma vez que este seguiu os seus termos e, depois sim, os Juristas da Câmara comunicaram o que tinham a comunicar e o processo está em análise e não há mais nada a referir sobre o assunto. Aliás, do ponto de vista jurídico é muito complexo porque a Câmara Municipal era devedor, não à empresa que declarou falência, mas ao Banco que lhe adiantou o dinheiro e nesta situação está impedida de saldar o crédito à pessoa que executou, porque as Finanças têm um crédito sobre essa pessoa que comunicou à Câmara que todos os créditos que essa pessoa tivesse, sobre a Câmara, deveriam ser pagos às Finanças. Concluindo, o Senhor Presidente referiu que não foi desleixo, por parte do Departamento Jurídico da Autarquia, foi sim, do ponto de vista do Senhor Presidente, má fé do proponente da acção executiva porque este reclamou no processo de falência e o seu crédito constava no referido processo. -----

-----Pedi e usou da palavra a Deputada Catarina Oliveira para fazer um comentário relativamente às declarações do Senhor Deputado Juan Carlos Martins porque, segundo a Senhora Deputada, não parece que uma pessoa que está inscrita no Centro de Emprego e é indicada para um emprego seja uma péssima pessoa ou seja um criminoso que vá fazer mal às crianças. O que o Senhor Deputado disse foi que não deixaria a sua filha aos cuidados de uma pessoa que vem indicada pelo Centro de Emprego. A Senhora Deputada entende que tenha havido uma má experiência mas disse também saber que neste tipo de programa as pessoas são escolhidas no Centro de Emprego mas, obviamente e porque se está a falar da Câmara Municipal, neste caso seriam feitas entrevistas a várias pessoas e escolher-se-ia a pessoa que queria e não era concerteza o Centro de Emprego a impor quem quer que seja. -----

-----Usou da palavra o Senhor Jorge Luís para informar de que há vários programas deste género e os Centros de Emprego não impigem ninguém. As pessoas interessadas em contratar alguém para

trabalhar dirige-se ao Centro de Emprego especifica o que quer e entretanto são indicados candidatos. Esses candidatos são entrevistados, pela pessoa que pretende contratar, e no fim faz a avaliação para ver quem é que melhor satisfaz os requisitos. É assim que as coisas funcionam. E agora vai abrir mais uma oportunidade e já se sabe que o Estado vai pagar o valor de um IAS a quem contratar pessoas que estejam no desemprego há mais de três meses e logo ai há uma grande diferença porque as pessoas desempregadas de longa duração não são as mesmas que nunca trabalharam e que nunca tiveram hábitos de trabalho nem formação. Há situações muito diferentes e há muitas possibilidades de escolha. Concluindo, o Senhor Deputado referiu que não quer aqui estar a dizer à Câmara o que é que tem de fazer mas apenas quer deixar a indicação de que quando as pessoas são admitidas através de uma empresa de trabalho temporário, sendo este o caso, também vem todo o tipo de pessoas e tem de ser feita uma selecção para ver as que satisfazem as necessidades. -----

-----De imediato, não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 16 de Agosto de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO DOIS: PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO E A SIMRIA**-----

-----Apresentou o ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou de que este Protocolo vem no seguimento do Despacho da Senhora Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr<sup>a</sup> Dulce Pássaro, que estendeu a área do concessão da SIMRIA para a totalidade do território municipal o que obriga o Município a tratar de igual forma todo o seu território, tendo a SIMRIA concessão parcial. Isto é o seguimento do Despacho da Senhora Ministra e daí este protocolo ter sido outorgado para esse e efeito e para efeito de candidaturas do Município e da SIMRIA no programa operacional da valorização do território. Dentro em breve e a seguir virá, aquilo que é o mais importante para o Município de Vagos, e que tem a ver com a cedência das Infraestruturas que está a construir e já construiu e nomeadamente Infraestruturas que estavam construídas desde 1998/1999 e que foram integradas na SIMRIA, pelo Senhor Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Nunes Correia, sem ter consultado o Município. Portanto, uma vez que foram integradas e são imprescindíveis para a SIMRIA poder funcionar em Vagos estão agora a ser reponderadas e a ser objecto de acordo de cedência de exploração recebendo a Autarquia uma retribuição por força dessa cedência e dentro em breve será objecto de contrato. Hoje é só o Protocolo que foi assinado para efeitos de candidaturas ao POVT, mas que estabelece as linhas mestras do contrato de cedência de exploração. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para informar de que o Movimento VAGOSPrimeiro, hoje aqui coordenado por si por não estar presente o Senhor Deputado Rogério Simões que é o porta voz oficial, sobre esta matéria não tem qualquer duvida em autorizar a Câmara a celebrar este Protocolo, precisando apenas aqui de um esclarecimento e que é saber qual é a interligação deste Protocolo que se vai fazer com a SIMRIA com quem o Município tem um conflito em Tribunal. A questão é saber se este Protocolo também tem a ver com a resolução do problema que decorre da falta de pagamento que a Autarquia tem sobre os serviços que a SIMRIA nos prestam, e se com estas transferência de propriedades o assunto fica resolvido e se vamos ter o processo fechado,

visto que não há acordo judicial porque é uma situação lateral que não tem a ver directamente com o processo mas se tem ou não alguma influência para a resolução do conflito. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido para saber, e uma vez que serão pagos os cento e setenta e nove mil euros à SIMRIA, de quanto é a receita que vai entrar na Câmara Municipal pela cedência de propriedades. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados. Referiu que o que está aqui em causa é tudo. A Câmara Municipal contestou a acção invocando a excepção de incumprimento porque entedia que tinha um crédito sobre a SIMRIA superior ao crédito que esta tinha e tem sobre o Município de Vagos. Entretanto, esse crédito já foi reconhecido pela SIMRIA como tal e por isso é que existe a suspensão da instância duas vezes estando a agora a correr um prazo de sessenta dias de suspensão para ser outorgado o acordo de parceria. O problema é que o acordo de parceria ainda não está outorgado porque eles exigem, e bem, uma vez que o Município é o dono de obras da ETAR de Ouca, Santa Catarina e Salgueiro e da Conduta Elevatória, que foi integrada pelo Senhor Ministro Nunes Correia, o que faz com que a dívida do Município à SIMRIA seja bastante superior. Portanto, porque é muito superior é que eles estão a ser bastante exigentes e a dívida terá que ser objecto de parecer por parte do IRAR, entidade reguladora, ou seja, eles não irão indemnizar o Município sem mais nem menos, atendendo a que estão em causa os terrenos das ETAR's, projectos, custos de escritura, a empreitada da conduta elevatória e tudo isto será contabilizado a favor do Município o que resulta um crédito superior, na casa dos trezentos mil euros, a mais sobre a SIMRIA. Concluindo, esclareceu que o Protocolo conduz ao fim do conflito judicial. -----

-----Entretanto, ausentou-se da sala de sessões, pelas 20h 30m, o Senhor Deputado André Pinho e pelas 20h 35m ausentou-se o Senhor Deputado Francisco José São Marcos, pelo que não participaram da votação. -----

-----Feitos os devidos esclarecimentos, e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com vinte e sete votos. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Três da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 06 de Setembro de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO TRÊS: TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2012;** -----

-----Apresentou o ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal informando de que cumprindo a lei e entendendo que se deve aguardar pela medidas do Governo e o seu impacto financeiro sobre as Autarquias a Câmara Municipal decidiu manter a proposta das taxas fixadas no ano anterior. -----

-----Pedi e usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís apenas para dizer que é entendimento do Grupo Municipal VAGOSPrimeiro que devia ter existido em anos anterior uma redução destas taxas. Nunca foram feitas mas entendem que este, também, não é o momento de mexer nas taxas e é exactamente por essa razão que não votam contra, até porque, referiu o Senhor Deputado, devem vir aí medidas bem mais drásticas. -----

-----Feitos os devidos esclarecimentos, e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com vinte e sete votos. -----

-----Entretanto entrou na sala, pelas 20h 40m, o Senhor Deputado Francisco José São Marcos pelo que participou das votações seguintes. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 20 de Setembro de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO QUATRO: 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2011;** -----

----- Apresentou o ponto o Senhor Vereador Silvério Regalado que informou de que esta revisão prende-se com o facto de existirem um conjunto de obras que estavam incluídas nas empreitadas que a ADRA está a realizar, nomeadamente em Boco, Ouca e Covão do Lobo, em que a Câmara contratou fazer águas fluviais e a colocação de tapete na íntegra nas estradas em questão. Existe um conjunto de facturas que têm de ser cabimentadas no plano e isso implica esta revisão. Foram reduzidas algumas verbas, portanto o valor global do orçamento não é alterado porque foram retirados de outras obras e de outras intervenções da Câmara Municipal que por contenção de custos não irão ser realizadas até ao final do ano. -----

-----Feitos os devidos esclarecimentos, e não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com vinte e oito votos. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 06 de Setembro de 2011, à discussão da Assembleia: -----

-----**PONTO CINCO: 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2011;** --

-----Apresentou o ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou de que esta alteração resulta do despacho da Senhora Ministra da Educação, de Junho de 2011, que reorganizou a estrutura das AEC's – Actividades de Enriquecimento Curricular – obrigando os Municípios e as IPSS's que tivessem Protocolos com os Agrupamentos de Escolas, uma vez que estas são as únicas entidades que podem estabelecer protocolos neste âmbito, a submeter a contratação de professores na plataforma. O concurso decorreu e os candidatos foram seriados de acordo com os critérios estabelecidos na plataforma pela plataforma. Os contratos foram impressos provenientes da plataforma que os organizou. Esta alteração ao mapa de pessoal representa em termos de despesa e receita um saldo de zero, daí não ser necessária uma alteração ao orçamento para o efeito. -----

-----Entretanto cerca das 20h 45m deu entrada na sala o Senhor Deputado André Pinho, pelo que participou da votação dos pontos seguintes. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira para referir que compete aos Municípios e aos Agrupamentos a organização das AEC's mas que também podem participar as IPSS's e as Comissões de Pais. No entanto, existe aqui uma questão que é a seguinte: em Vagos as IPSS's sempre

participaram nas AEC's, não numa parceria oficial mas numa parceria lateral com a Câmara em que a parceria para a organização era entre a Câmara e o Agrupamento de Escolas e as IPSS's desenvolviam um papel que caberia à Autarquia nomeadamente na contratação de professores. A dúvida do Senhor Deputado é quando o Senhor Presidente da Câmara diz que aquilo que se recebe vai ser igual ao que se paga, aos professores e outros encargos. O Senhor Deputado pretende saber se foi isso que o Senhor Presidente quis dizer ou se interpretou mal, ou seja se o saldo é zero entre aquilo que se recebe do Ministério da Educação pela frequência por aluno que no máximo vai aos duzentos e sessenta e tal euros/ano, depois do acerto. Se isso é assim o Senhor Deputado fica perplexo porque então nos anos anteriores as IPSS's deviam ter ganho muito dinheiro, o que não aconteceu. As IPSS's deixaram este ano de participar nesta organização exactamente porque não tinham capacidade de arcar com o diferencial entre aquilo que é o subsídio do Ministério da Educação e aquilo que é o custo do pagamento aos professores. Portanto, o Senhor Deputado pensa tratar-se de um lapso por parte do Senhor Presidente quando diz que o saldo é zero e é de opinião que o Município vai ter um contributo importante e vai ter aqui um prejuízo na ordem dos noventa mil euros. Mas independentemente disso esta alteração tem de se fazer porque o Município teve que assumir essa responsabilidade e terá de pagar aquilo que for necessário e que decorre das tabelas dos professores que este ano vão ser aplicadas. Quanto a isso o Senhor Deputado não tem quaisquer dúvidas agora que o Município não vai receber tanto como vai pagar disso não tem qualquer dúvida. -----

-----Pedi e usou da palavra o Senhor Deputado Sérgio Freire onde referiu que de acordo com o que foi aqui dito entendeu que as AEC's podiam ser organizadas quer pelo Município quer pelo Agrupamento. A questão do Senhor Deputado é porque é que foi o Município a assumir essa responsabilidade e qual é o interesse que a Câmara tem em ser ela a fazê-lo. -----

-----Seguidamente usou da palavra o Senhor Deputado André Pinho somente para questionar se todas as vagas foram preenchidas pelos professores das AEC's. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que remeteu para a Senhora Vereadora da Educação, Albina Rocha, os esclarecimentos aqui solicitados. -----

-----A Senhora Vereadora esclareceu que em termos de orçamento o Vereador Silvério explicará porque é que não houve necessidade de fazer alteração ao orçamento. Em relação à questão de ser a Câmara a assumir as AEC's e não o Agrupamento de Escolas esclareceu que poderia ter-se feito isso, sabendo que houve muitos Municípios que o fizeram, mas a Câmara de Vagos também faz muitas outras coisas que os outros não fazem, com por exemplo, ainda sem ter as transferências, para receber os alunos na EB 2,3 tiveram de ser feitas obras de recuperação da cozinha, que não era da competência da Autarquia mas que esta assumiu na totalidade. Como em termos de parceria a Câmara se tem entendido bem com todos os parceiros e todas as Escolas e como o problema existente que seria criar ao Agrupamento de Escolas determinadas condições, a Câmara Municipal entendeu que deveria continuar a prestar este serviço, pelo menos este ano, e vamos ver após ser feita a avaliação e se em termos globais é rentável ou não porque em questões de educação não se pode ver o problema pela perspectiva de lucro ou prejuízo e ver quais os custos de benefício para o Município. Se esta modalidade não compensar e a Câmara ficar bastante prejudicada no final do ano far-se-á a avaliação e o Ministério da Educação será

informado do que é que se fará no ano seguinte se continuarem a existir AEC's. Portanto esta foi a forma encontrada pela Câmara Municipal para continuar a colaborar em termos institucionais com uma entidade do nosso Concelho que presta o serviço de educação às crianças. A colocação dos professores teve de ser feita através da metodologia imposta pelo Ministério da Educação e os professores estão todos colocados, tendo havido nesta altura uma desistência mas que já foi substituída. A Senhora Vereadora aproveitou para prestar uma homenagem e um agradecimento a todas as IPSS's que trabalharam com a Câmara nestes últimos anos que muito se esforçaram para conseguir colocar professores, porque é bastante difícil. Sempre se ouvia aquela ideia de que os professores eram colocados porque eram amigos de alguém e isso sempre foi mentira e a Senhora Vereadora sempre se debateu contra esses comentários e mais uma vez se prova que a Câmara pôs a concurso as vagas a nível da Música, do Inglês, do Desporto e das Expressões Lúdico-Expressivas e para a área da Música não apareceram pessoas com as habilitações necessárias para desenvolver essa actividade, tendo sido essas vagas transformadas em aulas de Expressões Lúdico-Expressivas para poderem ser preenchidas com professores com habilitações para isso. Portanto mais uma vez se prova que as Instituições faziam um trabalho honesto sério e credível. Concluindo, informa que as vagas estão todas preenchidas. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer o Senhor Deputado Jorge Luís, ainda relativamente ao mapa e às suas repercussões no orçamento, que é obvio que na organização global das AEC's o custo é superior aquilo que o Ministério da Educação transfere. O Senhor Presidente, na sua intervenção anterior, referiu-se apenas aos recursos humanos específicos que justificam esta alteração esperando que haja um saldo a zero. Relativamente ao facto de não haver alteração ao orçamento tem a ver com o facto das despesas previstas com o nosso mapa de pessoal estarem muito aquém daquilo que estava previsto e portanto aceita a inscrição. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Jorge Luís e referiu de que há aqui uma questão: a situação mais fácil e mais cómoda para a Câmara seria ter "chutado" este assunto para o Agrupamento de Escolas porque se é o Estado que quer o Estado que faça. No entanto, a Câmara honrou a palavra dada há uns anos quando estabeleceu uma parceria e não era agora porque houve um despacho do Secretário de Estado do Governo anterior que obrigou a pagar por tabela, o que apesar de tudo concorda porque têm que ser contratados professores com qualificação, com formação académica e profissional para dar aquelas matérias e portanto não fazia sentido serem pagos aos preços que as IPSS's andavam a fazer e que eram uma exploração. Não era uma exploração a favor de ninguém mas era o que se podia fazer com o dinheiro disponível e agora obrigados a fazer correctamente tinha de ser outra entidade com a cabeça a assumir e a Câmara fez muito bem em tomar essa atitude porque tinha essa parceria estabelecida com o Agrupamento de Escolas de Vagos. -----

-----Feitos os devidos esclarecimentos, e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade com vinte e nove votos. -----

-----De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o Ponto Seis da Ordem de Trabalhos, aprovado em Reunião da Câmara Municipal realizada no dia 06 de Setembro de 2011, à discussão da Assembleia: -----

**-----PONTO SEIS: PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DIVISÃO DE COISA COMUM COM LICÍNIO RAMOS LDA E MUNICÍPIO DE VAGOS – PROCESSO Nº42/11.OT2 VGS – PROPOSTA DE TRANSACÇÃO. -----**

-----Apresentou o ponto o Senhor Presidente da Câmara Municipal informando os presentes de que este processo é mais um que espera ver terminar com sucesso e que se arrasta desde o passado, existindo, ainda, mais dois. Este processo começou em 1996 quando a Câmara Municipal adquiriu um terreno em co-propriedade à Senhora Maria Resende para construir a Central de Camionagem e o Mercado Municipal. A Câmara Municipal sem o consentimento dos outros co-proprietários, família Resende, ocupou aquela parcela que está ocupada, desde o muro da Central de Camionagem até à vala que divide o terreno em dois. Entretanto, em 1999 o Senhor Licínio Ramos adquiriu a outra parte em co-propriedade, 12,58 avos adquiriu a Câmara Municipal e 46,58 avos adquiriu o Senhor Licínio Ramos. Em 1998 houve uma deliberação da Câmara, quando esta quis ocupar ainda mais terrenos dessa co-propriedade com a construção da rotunda que está à entrada da Vila do lado a nascente, e nessa altura o Senhor Presidente fazia parte da Câmara Municipal como Vereador da oposição e aquilo que foi discutido e entendido de forma clara por todos os Vereadores e pelo Presidente de então é que os co-proprietários cederiam gratuitamente a ocupação que a Autarquia estava a promover de mais uma parte da co-propriedade, além daquela que havia feito em 1996/1997 com a construção da Central e do Mercado, e fê-lo na convicção de que aceitaria a divisão do prédio pela vala. Em 1998 o prédio tinha todo o mesmo valor e encontrava-se todo no âmbito do Plano Director Municipal (PDM) de 1992 na mesma categoria de espaço. Em 2000 acontece um facto que inverte a vontade política da Câmara Municipal, relativamente aquele terreno e relativamente aquilo que tinha sido a vontade manifestada naquele Reunião de Câmara, que foi o insucesso na Acção com a Ria Vagos. Apesar da pessoa em questão ser apenas um dos sócios da Ria Vagos na altura o Executivo mudou de opinião e aquele acordo deixou de valer. Entretanto, acontece mais um facto a adicionar a este: a Câmara Municipal elaborou um plano que foi severamente criticado e sofreu oposição. O Senhor Presidente referiu uma Sessão da Assembleia Municipal em que o Presidente da Câmara da altura se dirigiu ao Arquitecto Rebolo para saber se ainda era possível, em fase de aprovação, fazer alterações e o Senhor Arquitecto a tentar dizer-lhe que não porque já tinha estando em discussão pública. Portanto, foi um plano muito censurado pela oposição de forma justificada e a Câmara por sua iniciativa decidiu reconhecer implicitamente aquele acordo que é de que até a vala seria uma zona de equipamentos, dos que lá estavam, e da vala para norte seria uma zona de habitação, comércio e serviços como estava no PDM de 1992. Entretanto, o Senhor Licínio Ramos, em função daquela deliberação da Reunião de Câmara de 1998, tentou chegar a um acordo de divisão e em 2001, já depois de em Março ter entrado em vigor o Plano de Urbanização da Vila de Vagos, foi-lhe dito de forma clara que não que agora o Senhor tinha uma parte do terreno em habitação a Autarquia também queria uma parte para habitação. Portanto, entendeu o Executivo da altura que se estava em co-propriedade o Senhor Licínio tinha uma parte dos equipamentos municipais a Câmara tem de ter uma parte na habitação e na altura foi-lhe exigido três lotes de uma proposta de loteamento que ele veio a apresentar. Entretanto, dá-se uma facto há uma alteração política e o processo continuou a ser discutido. Foi apresentada uma nova proposta de

loteamento de acordo com os pareceres técnicos e foi sendo alterada até estar de acordo com o Plano de Urbanização e de acordo com a interpretação que os técnicos fazem do mesmo. E chegou-se a uma altura em que a Câmara Municipal teria que dividir o terreno não podendo estar eternamente na indivisão. Nessa altura a proposta que estava em discussão na Câmara Municipal era da vala para Sul ficar para a Autarquia e da vala para Norte ficaria para o Senhor Licínio. Acontece que os Técnicos, incluindo o Jurista, andaram, no ponto de vista do Senhor Presidente, pela delicadeza do nome em questão, a inventar avaliações, compensações até que o Senhor Licínio Ramos desistiu do loteamento e propôs um destaque. Como, ainda, no destaque os Técnicos da Câmara Municipal entendiam que devia haver compensação ele propôs uma Acção de Divisão. E é no âmbito dessa Acção de Divisão que foi contestada, pela Câmara Municipal, que se chegou a este acordo. E o acordo está, neste momento, nas mãos dos Senhores Deputados. No fundo o acordo é este: o Senhor Licínio Ramos cede gratuitamente três mil e tal metros quadrados que a Câmara ocupou ilegitimamente e ilegalmente. A Câmara Municipal exige do Senhor Licínio Ramos que faça essa cedência a título gratuito e exige acima de tudo que caso numa futura eventual opção de loteamento, aplicando a lei dos loteamentos em vigor, ele tiver que ceder menos não terá lugar a qualquer indemnização pela área já cedida gratuitamente e a Câmara reconhece para efeitos desse loteamento, e de acordo com a legislação em vigor nessa altura, que aquelas cedências são feitas gratuitamente e por isso ele terá que ceder menos ou não ceder sequer. Mas, tudo isso tem a ver com a aplicação da lei para efeitos de equipamentos colectivos e espaços verdes e faz-se a divisão que foi, do ponto de vista do Senhor Presidente, acordada entre a Câmara Municipal e o Senhor Licínio Ramos em 1998 ou 1999, aquando da disputa dos terrenos da rotunda que é a divisão pela vala hidráulica que é uma divisão que já existia. Do ponto de vista do Senhor Presidente não houve má fé por parte da Câmara Municipal quando construiu os equipamentos até à vala. Entende o Senhor Presidente que a vala era exactamente o que criava a ficção da divisão da propriedade e portanto a Câmara Municipal quando construiu, quando comprou à Senhora Maria Resende e construiu fê-lo na convicção de que estaria a ocupar a sua quota parte e mais nada, mas a convicção que tinha estava errada como se prova pela área e pelo próprio processo. Por isso, aquilo que hoje se pretende é apenas resolver um diferendo que se arrasta na Câmara municipal desde 1996 e que é de inteira justiça resolver tal como está proposto no acordo de transacção que protege e defende os interesses do Município e do Senhor Licínio Ramos. É obvio que podia ter-se optado, depois de termos ocupado uma parte para equipamentos, vir dizer que queríamos uma parte dos lotes, mas o Senhor Presidente não será capaz de o fazer e espera que a Assembleia Municipal também não seja capaz de o fazer, porque se o for, e o Senhor Presidente fez questão de explicar isto na Reunião de Câmara que aprovou esta proposta, então vai ter que ser feito em todas as situações em que o Município é co-proprietário. Sabendo que a Câmara comprou uma parte do terreno não pode aproveitar-se da vantagem dessa aquisição para depois pedir satisfações a quem estando numa parte previamente definida tem essa parte mais valorizada ou desvalorizada por um acto que nem foi dela mas sim da Autarquia. Essa atitude é eticamente reprovável, é juridicamente censurável e portanto o Senhor Presidente espera que a Assembleia Municipal, tal como a Câmara Municipal, aprove a proposta de acordo de transacção tal como está redigida porque, repete, protege os interesses da Câmara Municipal e do Senhor Licínio Ramos. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Jorge Luís que referiu que até pela forma cuidadosa como o assunto foi explicado pelo Senhor Presidente e pelo silêncio tão atenciosa da plateia se percebe que esta é uma questão muito delicada. E de facto é uma questão que tem realmente “barbas” mas aquilo que não se resolveu em não sei quantos anos não tem que se resolver agora em meia dúzia de minutos, a esta hora e ao fim de um dia de trabalho em que ninguém já aguenta estar a discutir com discernimento. O Senhor Deputado ouviu com toda a atenção o que foi dito pelo Senhor Presidente e não o ouviu citar que, por exemplo, foi aprovado em 2006 um loteamento proposto pela Câmara e pela empresa Licínio Ramos Lda e que implicava determinadas circunstâncias aprovadas em Reunião de Câmara e que o Senhor Licínio concordou com elas, então porque é que esta questão não está resolvida desde essa altura? Porque é que o loteamento já está aprovado pela Câmara e logo a seguir se mete uma Acção? Isto é um assunto que dá para se ficar aqui a discutir o resto da noite e não se vai chegar a conclusão nenhuma e nestas condições o Movimento VAGOSPrimeiro não irá votar esta matéria, de maneira nenhuma. O Senhor Deputado sem saber o que pensa o Grupo Municipal do PSD gostaria que este acompanhasse o Grupo Municipal do Movimento VAGOSPrimeiro na decisão de pedir o adiamento deste ponto da ordem de trabalhos com toda a disponibilidade para as pessoas com melhor qualificação para apreenderem a totalidade do que aqui se passa participarem numa reunião onde a Câmara, através do Senhor Presidente ou os seus Técnicos, tenha a oportunidade de clarificar este assunto numa forma que se perceba porque isto é um imbróglcio demasiadamente grande para se tomar uma decisão neste momento. Continuando, o Senhor Deputado disse que o Senhor Presidente referiu, há instantes, que se compraram 46,58 avos de um terreno à empresa Licínio Ramos e o Senhor Jorge Luís possui um registo que refere 79,116 avos que representa 39,58 avos que não é a mesma coisa. De acordo com o Senhor Jorge Luís isto não está nada esclarecido e por não estarem reunidas condições para discutir e votar esta matéria, propõe o seu adiamento para nova Sessão. -----

-----Usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido referindo que o facto de estarem tão tranquilos quando o Senhor Presidente apresentou o ponto foi precisamente para ficarem o mais esclarecidos possível sobre este assunto. Obviamente que é um ponto quente e até se cria aqui um bocado o estigma do nome da pessoa em si, o Senhor Licínio que não terá culpa nenhuma disto é só um investidor como outro qualquer e que anda aqui para trabalhar por Vagos e fazer os seus negócios. O Senhor Deputado disse que antes de responder ao “desafio” do Senhor Jorge Luís gostaria de perguntar se este é um processo que está em Tribunal e se está porque é que não vem na informação do Senhor Presidente. Continuando, o Senhor Pires Plácido referiu que ficou com algumas dúvidas, e falou em seu nome pessoal em não em nome do Grupo Municipal de PSD, sobre as alegações que o Senhor Jorge Luís apresentou e pretendia saber se são verdade ou não. O Grupo Municipal do PSD é um grupo de pessoas responsáveis, cada um tomará as suas decisões, e o Senhor Deputado entende que a ser verdade as alegações referidas pelo Senhor Deputado Jorge Luís há aqui alguma coisa que não está bem explicada e por isso é necessário que o Senhor Presidente clarifique melhor a questão. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos e referiu que o Senhor Licínio Ramos aceitou a proposta de loteamento e as respectivas consequências não aceitou foi pagar uma indemnização à Câmara Municipal por uma parte do terreno que no entender dos

Técnicos da Câmara esta tinha direito e que era a parte de habitação e comércio. A Câmara Municipal ocupou como quis e onde quis o terreno e construiu nele o que quis e o Senhor Licínio na parte restante, e que não correspondia à sua quota parte, ou seja a Câmara tinha-lhe ocupado três mil trezentos e tal metros quadrados que eram seus, ele entendeu, e do ponto de vista do Senhor Presidente, bem que já cedia à Autarquia bastante e que era demais ter ainda de a indemnizar que por um acto seu desvalorizara a sua quota parte e “valorizara” a quota do Senhor Licínio Ramos. O Senhor Presidente entende que o Senhor Licínio aceitando a proposta de loteamento que apresentou, e a consequência da lei dos loteamentos, como é óbvio, não aceitasse a proposta de divisão apresentada tecnicamente. Isto é muito simples. E, sim existe o processo em Tribunal e irá para julgamento e se o for não será muito diferente daquilo que aconteceu com o Senhor Américo da Rocha Frade. A Câmara Municipal também ocupou uma parcela ao Senhor Américo da Rocha Frade que também pediu uma indemnização pelo valor actual e o juiz, e bem, decidiu que a indemnização seria pelo valor à data do terreno, Ora, na data em que a Câmara ocupou o terreno era todo igual e a Câmara ocupou a mesma natureza, digamos assim, com um pequeno pormenor: ultrapassou em três mil e tal metros quadrados a sua quota parte. Quanto ao registo há um pormenor que o Senhor Presidente nem sequer discute de que as quotas partes estão erradas. Houve vários co-proprietários e na divisão do prédio por todos eles concerteza que há avos diferentes. Agora, o Senhor Licínio tem 48,58 avos e a Câmara Municipal tem 12,58 avos, disso não há dúvidas que é de certidão de registo e não passa pelo acordo de transacção estar a inventar uma coisa dessas. As certidões que o Senhor Deputado Jorge Luís aí tem o Senhor Presidente não pode, obviamente, saber quais são mas não tem dúvidas sobre as partes que correspondem a cada uma das partes do acordo de transacção. -----

-----O Senhor Deputado Jorge Luís retomou a palavra para informar o Senhor Presidente de que a documentação obtida veio da Câmara, como é evidente, pedida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Continuando, referiu que ninguém consegue apreciar em tão pouco tempo um loteamento que foi aprovado em 2006 e tem cinco volumes. Mas além de haver à relativamente poucos anos, 2009, registos na conservatória de outras pessoas que não são nem a empresa Licínio Ramos Lda nem a Câmara Municipal em relação aquele terreno, ou seja, 13,116 avos registados por uma pessoa que é da família que era a anti-proprietária do terreno. Enquanto não se perceber se isto está tudo como deve de ser não estão reunidas condições para poder votar. O Senhor Deputado referiu, ainda, que o Senhor não estava na disposição de pagar mas a verdade é que a Câmara deliberou uma proposta de loteamento apresentada pela Câmara e pelo Senhor Licínio em 2003 e aprovou-a em 2006. Em Dezembro de 2006 a Câmara ia partir para a divisão porque o Senhor Licínio tinha aceite as condições numa carta da empresa Licínio Ramos Lda datada de Outubro desse ano e o Senhor Presidente agora está a dizer que não, mas não é isso que se depreende da carta e da acta. O Senhor Jorge Luís pede que leiam a acta da Reunião de Câmara que aprovou o loteamento e onde está claro e evidente que a Câmara aprovou o projecto de loteamento, a firma Licínio Ramos Lda aceitou as condições da proposta, ou seja, a divisão daquela forma e uma compensação a pagar em dinheiro à Câmara. Tudo isto em Dezembro de 2006, vai fazer cinco anos não foi assim há tanto tempo e o Senhor era o Presidente de Câmara e foi aprovado por unanimidade por todos os Vereadores da altura. E isso é que levanta a dúvida, porque se há uma acta

que diz que o assunto está resolvido e depois mais tarde vem-se desistir do procedimento que aprovou o loteamento e que passou a ser um instrumento. Como é que se desiste de um instrumento comum pedido pela Câmara e pela agora autora nesta acção. Continuando, o Senhor Jorge Luís referiu que há um pedido de destaque, que aparece antes de haver esse outro pedido de anulação de desistência do procedimento, e há um parecer do Jurista a dizer que este não pode ser feito porque está o loteamento aprovado. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente e informou de que a Câmara Municipal aprova todos os processos de obras e todas as autorizações de loteamento na condições da informação técnica, se as tiver se não tiver não põe condições de informação técnica, e o Senhor Licínio enquanto co-proprietário com o Município tem que aceitar a proposta de loteamento aprovada com as condições da informação técnica. A Câmara Municipal ainda hoje aprova os loteamentos, os alvarás e tudo mais de acordo com a informação técnica e é assim que tem de ser porque senão não estávamos cá a fazer nada. Se o Senhor Licínio Ramos em 2006 concordava com o loteamento e em indemnizar a Câmara Municipal então porque é que perdeu este tempo todo? -----

-----Entretanto, o Senhor Deputado Jorge Luís usou da palavra para referir de que essa é que é a questão para a qual ainda não obteve uma resposta. -----

-----Continuando, o Senhor Presidente voltou a insistir que a Câmara Municipal aprovou o loteamento nas condições da informação técnica e o que o Senhor Licínio Ramos aceita é isso, as condições da informação técnica, mas não aceita a proposta para a divisão, digamos assim, para indemnizar a Câmara Municipal porque se aceitava pagar nós não estávamos aqui a discutir o assunto. Quanto à desistência do procedimento é uma questão de ler o Código do Procedimento Administrativo que diz que a desistência do procedimento da pendência do mesmo é um direito que ocorre a cada particular. O acto do loteamento só se concretiza depois da emissão do alvará. Aí sim, para voltar para trás era necessário revogar actos válidos com o consentimento de terceiros beneficiadores desse acto. A desistência do procedimento é o instrumento que se utiliza enquanto o acto administrativo não produzir o efeito na esfera de terceiro. Entenda-se, não houve divisão e não houve alvará do loteamento. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira que leu um excerto de um ofício remetido pela firma Licínio Ramos que deu entrada na Câmara Municipal em 10 de Novembro de 2006 e que dizia: *“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vagos a empresa Licínio Ramos Lda foi notificada no dia 31 de Outubro de 2006 do resultado de uma reclamação apresentada por esta empresa relativa ao processo de obras 7/2003 do qual resulta o pagamento de um valor muito elevado. Depois de analisar a notificação decidimos concordar com a mesma e vimos, por este meio, solicitar a V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> a elaboração da escritura de divisão de lotes entre a nossa empresa e a Câmara municipal visto esta ser co-proprietária do terreno em causa”*. O Senhor Deputado voltou a insistir para que se leia a acta porque está lá tudo o que tem estado a dizer, até agora, e entendeu que não valia a pena discutir mais a questão sugerindo um requerimento verbal e *“requeria que a Sessão fosse aqui interrompida e este assunto ficasse adiado para o futuro e punha à votação este requerimento para se votar este ponto no futuro ou então se o Grupo Municipal do PSD preferir fazer um intervalo de cinco minutos para conversarmos com o Presidente da Mesa eu também estou disponível”*. -----

-----Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o processo está em Tribunal e o Juiz do processo determinou uma visita ao local. Disse o Senhor Presidente que os Senhores Deputados podem fazer aquilo que entenderem e voltou a referir que há duas coisas distintas na operação de loteamento: uma delas tem a ver com a cedência de espaço para equipamentos e à cedência de espaços verdes. Quando o loteador opta por não ceder para espaços verdes e para equipamentos a Câmara Municipal, de acordo com a lei em vigor, é compensada em taxas por não cedência. E o Senhor Licínio optou por densificar o seu terreno com lote para comércio, habitação e serviços e em vez de ceder aquilo que está previsto na lei aceitou indemnizar, pagar taxas, pela não cedência. A empresa Licínio Ramos Lda nunca estará subtraída disto, ou seja, sempre que for apresentada uma proposta de loteamento para aquele terreno a pessoa vai ter que fazer cedências e pagar taxas de urbanização e taxas de indemnização ou compensação por não ceder. Se a empresa opta-se, por exemplo, por construir lá quatro moradias e ceder a área restante sobrava-lhe imensa área para ceder e portanto deixaria de pagar taxas de compensação ao Município. E é isto que a carta do Senhor Licínio Ramos traduz, ou seja, a aceitação das taxas devidas e de acordo com as respectivas cedências. O Senhor Presidente voltou a insistir que os Senhores Deputados podem adiar o ponto, podem marcar uma Assembleia Extraordinária para o efeito, podem estudar o ponto melhor e ainda dar aos Juristas da Assembleia Municipal a análise da situação agora aquilo que o Senhor Licínio Ramos nunca aceitou, e por isso é que avançou para a acção em Tribunal, foi a indemnização do outro co-proprietário pela diferença de valores, foi uma compensação económica não foi os direitos que ele tem de pagar à Câmara Municipal, entidade licenciadora. Isso nunca esteve em causa porque nós não vamos contornar a lei cometendo ilegalidades, portanto ele tem de pagar as taxas que são devidas. Agora, coisa diferente é esquecer a Câmara Municipal, como entidade licenciadora, e pôr-se no lugar de duas pessoas que têm de dividir um terreno que têm em comum e nesta situação os Técnicos da Câmara apresentaram à empresa Licínio Ramos Lda uma proposta de compensação económica num determinado valor e essa não foi aceite. Concluindo, referiu que os Senhores Deputados estão livres para fazerem aquilo que bem entenderem, porque neste processo não há rigorosamente nada a esconder. -----

-----Pedi e usou da palavra o Senhor Deputado Pires Plácido e solicitou que a Sessão fosse interrompida por cinco minutos, invocando o artigo 52º do Regimento, para que o Grupo Municipal do PSD tivesse uma conferência com o Senhor Presidente da Mesa. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa informou os presentes de que a Sessão iria ser interrompida por cinco minutos para alguns esclarecimentos. -----

-----E quando eram 21h 45m ausentaram-se da sala os Senhores Deputados André Pinho e Carlos Augusto Francisco, pelo que não participaram da votação seguinte. -----

-----Entretanto o Senhor Presidente da Assembleia retomou o início dos trabalhos informando que por decisão do Grupo Municipal do PSD o ponto não é retirado e vai a votação. -----

-----Feitos os devidos esclarecimentos, e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o presente ponto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dezassete votos a favor, do Grupo Parlamentar do PSD, sete votos contra, do Grupo Parlamentar Movimento VAGOSPrimeiro e duas abstenções do Presidente da Mesa, Carlos Manuel Simões das

Neves e do Primeiro Secretário, Manuel Marcelino Manangão. -----

-----Apresentou declaração de voto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou de a sua abstenção “ *não quer dizer que não esteja a favor mas sim porque tomei parte das deliberações, relativamente a este assunto, enquanto Vereador e, sinceramente, a nível jurídico vejo pouco do assunto e não sei até que ponto posso votar numa proposta na qual já intervi nela em exercício de outras funções*”. -----

-----Apresentou declaração de voto o Senhor Deputado Jorge Luís Oliveira, em representação do Movimento VAGOSPrimeiro, referindo que “*este voto contra foi uma decisão tomada pelo grupo, quando se podia tomar outra atitude que era simplesmente não votar o ponto, mas a democracia quando funciona a maioria tem razão entendeu-se que se devia votar e votar contra por uma razão muito simples: só há uma forma, quando se participa de uma votação, de não ser responsabilizado por algo de errado que essa votação contenha ou essa decisão, mais exactamente, contenha. E por isso em meu nome e em nome de todos os meus colegas do Grupo VAGOSPrimeiro devo dizer que só votamos contra por esta razão, para prevenir eventuais consequências que possa vir desta proposta porque não tínhamos razão para a votar nem favoravelmente nem contra, não tínhamos informação suficiente como ficou patente que não a tinham a maioria dos Membros desta Assembleia Municipal e portanto em consciência não podíamos deixar passar esta decisão e aprovar este ponto porque não havia necessidade que é daquelas coisas que de amanhã nos podemos vir a arrepender porque não havia necessidade. Isto podia ser adiado, isto podia ser explicado calmamente pelas pessoas capazes de o fazerem no tempo que fosse necessário a dois ou três elementos de cada Grupo ser feita uma explicação conveniente para toda a gente poder em consciência votar da forma que entendesse e assim eu peço muita desculpa mas não é em absoluta consciência porque as pessoas não conhecem o processo como nós não conhecemos o processo e portanto tomamos esta decisão por essa razão. Nada nos move contra ninguém nem nada nos impele a atrasar a resolução de um problema que já é velho mas nós também entendemos do pouco que sabemos é que este problema já esteve resolvido, ou esteve quase resolvido, e depois não se sabe como é que deu a cambalhota e portanto nós não caucionaremos nunca nenhuma decisão com o nosso voto sem estarmos devidamente esclarecidos absolutamente cientes de que estamos a favorecer o Concelho de Vagos que é aquilo que nos interessa é estarmos a defender os interesses do Município*”. -----

-----Encerrado o Período da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a reunião à intervenção do público. -----

-----Do público pediu e usou da palavra o Município Fernando Capela para manifestar a sua opinião sobre o ponto seis da ordem de trabalhos. Enquanto Vereador da Câmara Municipal, referiu o Senhor Capela, apareceu este processo em 2006 e na altura o Executivo entendeu aprovar por unanimidade a proposta de acordo com a informação dos Técnicos e que constava numa indemnização. Continuando, o Senhor Capela referiu que segundo a informação Técnica o Senhor Licínio Ramos para construir, e o loteamento foi aprovado nessas condições, teria que devolver à Câmara cerca de cento e oitenta mil euros. Entretanto, o assunto ficou por ali, o Senhor Licínio Ramos na altura reclamou e apresentou uma segunda proposta, que estranha não terem falado nela aqui hoje, à Câmara Municipal em que em vez

dos cento e oitenta mil euros a empresa ceder dois lotes terreno, um no valor de duzentos mil euros e outro no valor de duzentos e dez mil euros, salvo erro. A proposta foi apresentada na Câmara Municipal e o Executivo Camarário decidiu não aceitar, apesar de aparentemente ser muito mais vantajosa para o Município, e continuar com a proposta apresentada pelos Técnicos da Câmara com os critérios por eles indicados, que são concerteza aqueles que a lei determina. Posto isto pensa o Senhor Fernando Capela que a questão hoje se tivesse aqui ou acolá teria a mesma posição porque parece que nada se alterou. Referiu, ainda, são muitos casos, é evidente que o nome Licínio Ramos pode assustar alguém, ao Senhor Capela não assusta sendo amigo da pessoa em causa mas para o efeito não tem nada a ver porque aqui trata-se de uma questão de uma empresa que procura os seus interesses e a Câmara Municipal deve defender os seus. Concluindo, o Senhor Fernando Capela referiu que lhe parece que tudo isto já se está a tornar numa perseguição ao Senhor Licínio Ramos. Ao passar ali na nova estrada mais uma vez coincide com uma propriedade do Senhor Licínio Ramos. Fazem uma estrada com uma quota inferior a passar em cima do terreno do Armazém do Senhor Licínio Ramos. Isto é perseguição ou será mais um imbróglio que se está a arranjar? Entende o Senhor Capela que há situações que podiam ser acauteladas entre todos para prevenir estas situações e não se passar a vida a resolver imbróglis desta natureza. São coincidências a mais tornando-se claramente numa perseguição ao Senhor Licínio, conclui o Município. -----

-----Não havendo mais público para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta da acta. -----

-----De imediato o segundo secretário, Maria da Graça Matias Gadelho, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da acta a votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta Sessão, pelas vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelos Membros da Mesa. -----

-----**O Presidente,** \_\_\_\_\_

-----**O Primeiro Secretário,** \_\_\_\_\_

-----**O Segundo Secretário,** \_\_\_\_\_